

**MOBILIDADE URBANA: O BRASIL EM TRANSFORMAÇÃO.
O PAPEL DO IPEA NA CONSTRUÇÃO DO PACTO DA MOBILIDADE**

Vicente Correia Lima Neto

Técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

Carlos Henrique Ribeiro de Carvalho

Técnico de planejamento e pesquisa da Dirur do Ipea.

Renato Nunes Balbim

Técnico de planejamento e pesquisa da Dirur do Ipea.

Os sistemas de mobilidade urbana no Brasil vêm sofrendo fortes alterações nos últimos sessenta anos com o aumento da taxa de motorização da população e o crescimento acelerado dos grandes centros urbanos. Ao mesmo tempo que há um crescimento do transporte motorizado individual, há uma redução da demanda por transporte público, principalmente por ônibus, que representa mais de 90% dos deslocamentos coletivos nos grandes centros, o que agrava o problema das externalidades negativas, como acidentes, poluição e congestionamentos urbanos.

As manifestações populares de junho de 2013 em prol de um transporte público de mais qualidade e mais barato colocaram em cheque o atual modelo da mobilidade urbana no Brasil. Dessa forma, o Ipea desenvolveu um conjunto de análises e propostas para contribuir para o debate sobre a melhoria da mobilidade. Essas propostas foram separadas por temas de acordo com a abrangência das medidas, conforme a seguir.

1. Desoneração do transporte público: discutiram-se medidas ligadas à desoneração dos custos dos insumos de transporte, principalmente o *diesel*, com proposta de utilização dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e outros insumos.
2. Financiamento da operação de transporte público urbano (TPU): abordaram-se questões ligadas ao financiamento das gratuidades do transporte, atualmente financiadas via subsídio cruzado, impactando a tarifa cobrada dos usuários, e também aos modelos de financiamento com base nos mecanismos de desenvolvimento limpo (MDLs).
3. Governança e gestão da mobilidade: discutiu-se a criação de fundos de mobilidade e transporte; a gestão compartilhada do transporte intermunicipal em áreas metropolitanas; os modelos de remuneração e regulação do transporte público; além dos programas de capacitação para gestores municipais.
4. Planejamento urbano: debateram-se questões a respeito da valorização de calçadas e ciclovias; da integração do planejamento urbano ao planejamento da operação de sistemas sobre trilhos da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU); do apoio do governo federal ao desenvolvimento de planos de mobilidade e transporte; e dos modelos de planejamento urbano em que a valorização imobiliária e o uso de espaço financiam o transporte público.

As medidas propostas caminharam no sentido de valorizar o transporte coletivo em detrimento do individual e também o transporte não motorizado. Apesar dos desafios colocados, observa-se no Brasil um ambiente bastante favorável para que os dirigentes promovam as mudanças necessárias para tornar o sistema de mobilidade mais sustentável.